

Práticas pedagógicas da escola normal de Niterói na Primeira República

Ariadne Lopes Ecar 

Pós-doutoranda pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Neste artigo apresentamos a constituição das práticas pedagógicas da Escola Normal de Niterói, na Primeira República. O recorte temporal foi delimitado pelas leis que reformaram a formação de professores fluminense, do fim do século XIX até a década de 1910. As Leis e as Mensagens dos Presidentes de Estado (1892-1924) formam um *corpus* documental imprescindível para a compreensão da cultura escolar e do estabelecimento do conteúdo programático, das disciplinas, e como ocorriam os exames de admissão, bem como os exames finais de Pedagogia, disciplina basilar da formação de professores. Ora criticada, ora alçada a lugar de destaque, consideramos que a Escola Normal de Niterói exerceu papel exemplar formando professores e contribuindo com a expansão da educação fluminense.

Palavras-chave: Escola Normal de Niterói; Cultura pedagógica; Primeira República.

Abstract

Pedagogical practices of the Normal School at Niterói in the First Republic

This article presents the constitution of the pedagogical practices in the Normal School of Niterói, in the First Republic. The lapse of time was delimited based on the laws that organized the fluminense teachers training, between the end of the 19th century and the 1910s. The Laws and the Presidential Messages (1892-1924) were vital documents for the comprehension of the school culture and the establishment of the programmatic content, the subjects, and the way the entrance examinations took place, as well as the final examinations of Pedagogy, a fundamental subject in teachers training. Sometimes criticized, sometimes elevated to a prominent position, we consider the Normal School of Niterói played a role as a model training teachers and contributing to fluminense education.

Keywords: Normal School of Niterói; Pedagogical culture; First Republic.

Resumen

Prácticas pedagógicas de la Escuela Normal de Niterói en la Primera República

En este artículo presentamos la constitución de las prácticas pedagógicas de la Escuela Normal de Niterói, en la Primera República. El recorte temporal fue delimitado por las leyes que reformaron la formación de maestros fluminenses, de finales del siglo XIX hasta la década de 1910. Las Leyes y las Mensajes de los Presidentes de Estado (1892-1924) forman un *corpus* documental imprescindible para la comprensión de la cultura escolar y de la cultura del establecimiento del contenido programático, de las disciplinas, y cómo ocurrían los exámenes de admisión, así como los exámenes finales de Pedagogía. Con críticas y elogios, la Escuela Normal de Niterói desempeñó un papel ejemplar formando maestros y contribuyendo con la expansión de la educación fluminense.

Palabras clave: Escuela Normal de Niterói; Cultura pedagógica; Primera República.

Introdução

Os eventos que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República, contribuíram para o enaltecimento da instrução pública, considerada, pelos Presidentes de Estado, como a chave do progresso intelectual, moral e físico do país. Para expandir o ensino era necessário investir na formação de professores, curso implementado no Brasil desde a primeira metade do século XIX em instituições denominadas escolas normais.

Após o Ato Adicional de 1834, as províncias ficaram incumbidas da oferta de instrução pública criando ou subsidiando escolas primárias e escolas normais. A província fluminense foi uma das primeiras a criar uma Escola Normal, estabelecendo-a na cidade de Niterói em 1835.

Como instituição pública, a Escola Normal de Niterói esteve susceptível às disputas na esfera política da Província do Rio de Janeiro, sofreu fechamentos e reaberturas, recebeu diretores com opiniões diversas, passou a aceitar a matrícula de meninas a partir de 1862, e adentrou o século XX ora sendo avaliada como um lugar de “fim elevado” (O FLUMINENSE, 1894a), ora sendo criticada por ser teórica e pouco prática.

As pesquisas de Villela (1990; 2002) e de Ecar (2011) mostraram a contribuição da Escola Normal de Niterói em formar professores para atuarem nas escolas primárias, e o modo como foi se constituindo a cultura escolar a partir das práticas empreendidas por professores e professoras, alunos e alunas e demais sujeitos pertencentes à escola.

Com o foco na Primeira República, este artigo pretende mostrar o estabelecimento da cultura pedagógica da Escola Normal de Niterói visto nas disciplinas, nos exames finais e nos exames de admissão¹. Para tanto, contou com as leis dispostas no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1893, 1895, 1900, 1912, 1915); com as Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro (1892-1924); com edições de *O Fluminense* consultadas na Biblioteca Nacional (1894a; 1894b; 1919a; 1919b); e com os exames finais e admissionais dispostos no arquivo do Liceu Nilo Peçanha em Niterói (1900-1909).

¹ Para aprofundamento de questões concernentes à Escola Normal de Niterói na Primeira República, conferir a dissertação de Ecar (2011).

Projetos republicanos para a formação de professores fluminenses

O Manifesto Republicano divulgado em 3 de dezembro de 1870, no jornal *A República*, expôs críticas ao Império com relação “ao regime de corrupção e privilégios, bem como às prerrogativas do trono, ao centralismo da administração, à falta de liberdade econômica, de consciência, de imprensa e *de ensino* e ao sistema representativo limitado” (FERREIRA, 1989, p. 33 - grifo nosso), e originou debates entre os sujeitos envolvidos com a instrução pública, que militavam em favor do aumento salarial dos professores, da construção de prédios apropriados ao ensino, da aquisição de novos métodos e materiais pedagógicos e da observação às prescrições higiênicas (FARIA, FILHO, VIDAL, 2000). A menção à falta de liberdade no ensino posicionava o Império como um regime atrasado em contraposição à República, símbolo do progresso. A bandeira do ensino foi recorrentemente utilizada pelos republicanos com a prerrogativa de formar o cidadão nacional.

No que tange ao Estado do Rio de Janeiro, as Mensagens dos Presidentes (1892-1924) nos forneceram pistas sobre a prática social, política e os discursos relacionados à instrução pública, que referiam-se às escolas primárias (rurais, subvencionadas, grupos escolares), às escolas normais, às profissionais, à construção de prédios escolares, à aquisição de mobiliário escolar e professores em exercício, vencimentos e classes. Em síntese, as mensagens apontavam para um projeto civilizador de nação, com o professor no cerne do progresso social, discurso que, de acordo com Fernandes (2009, p. 86), corroborava “[...] a ideia de que a história fluminense era a história nacional”. O professor era idealizado como “lapidário das almas infantis, o guia seguro, o missionário cívico e patriota” (SÁ, SÁ, 2008, p. 64); o construtor da nação (MÜLLER, 2000); o guardião da República (AURAS, 2007). Tais representações fizeram parte dos discursos de Presidentes, diretores, professores e alunos, em toda a Primeira República.

As manifestações em favor da formação de professores fluminenses propunham a construção de um prédio próprio, que correspondesse a preceitos pedagógicos modernos, com espaço para laboratórios e gabinetes e que ocupasse lugar de destaque, como conferimos nas Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro (1892-1918). Isso ocorreu em 1918, quando foi concluído e inaugurado o edifício da Escola Normal de Niterói.

Localizada na Praça da República, a Escola Normal compunha um conjunto de obras arquitetônicas composto pela Assembleia Legislativa, Palácio da

Justiça e Secretaria de Segurança. Ao conjunto seria incorporado o Palácio do Poder Executivo, que deveria ocupar a área de um grande rochedo, mas esse plano nunca foi concretizado. A Escola Normal como parte da Praça da República produziria “impressão de grandiosidade e fulguração” compondo um “centro de comunhão cívica”, pois, sua localização era “uma alusão à superioridade moral e intelectual e vitalidade da República” (MONARCHA, 1999, p. 187). De acordo com a tradição ocidental, as praças, geralmente, são ocupadas por instituições de caráter espiritual. Sendo assim, construir a Escola Normal em uma praça pública indicava “a fusão entre secular e o religioso, originando uma quase religião cívica, presidida por sacerdotes laicos, a qual se instala e se expande na cultura escolar” (MONARCHA, 1999, p. 187).

A construção suntuosa, localizada na Rua Padre Feijó, foi projetada de acordo com as prescrições pedagógicas da época. Continha dois pavimentos com dependências para a parte administrativa, nove salas para as várias disciplinas do curso “todas mais ou menos espaçosas, nas exigíveis condições de aeração e luz, com janelas para o exterior e comunicando, internamente, com o corredor que circula a área central do edifício” (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, s. d.). Foram construídos gabinetes de Física, Química e de História Natural, anexos às salas destinadas às aulas teóricas dessas disciplinas, equipados de aparelhos, drogas para os experimentos, modelos de fisiologia, coleção de minérios, um esqueleto e um manequim de anatomia. Parte do mobiliário escolar foi fornecido pela Escola Profissional Visconde de Moraes. As salas tinham capacidade para 40 alunos cada.

No dia 30 de dezembro de 1918, às 15 horas, ocorreu a inauguração do novo prédio. Estavam presentes o Presidente de Estado, Geraque Collet, e sua comitiva, bem como outras autoridades e políticos fluminenses.

Geraque Collet assentou-se no lugar da presidência, ao lado de Ataliba Lepage, diretor da Escola Normal, que discursou sobre a importância da escola e da solenidade. Em seguida, ocorreu a entrega dos diplomas da turma dos 62 formandos de 1918. Ataliba Lepage, como paraninfo, advertiu aos futuros professores a trabalharem no ensino primário com dedicação “por que é dele que depende o futuro de nosso Estado e do Brasil inteiro” (O FLUMINENSE, 1919a). Este lema, característico dos anos iniciais da República brasileira, fez parte da mensagem da oradora, Lydia de Oliveira, convencida de que sua turma marchava em busca dos mesmos objetivos, no caminho da luz e do aperfeiçoamento nacional. Lydia considerava seu futuro trabalho

altruísta, por formar heróis e preparar cidadãos no local “em que se opera a grande transformação social”: a escola (O FLUMINENSE, 1919a).

Percebemos em seu discurso, que o magistério como “missão” ou “apostolado” ainda era uma ideia muito presente na Escola Normal, inclusive quando comparou o magistério ao ministério de Jesus Cristo. Em toda a preleção, Lydia, citou o hino da escola, entremeado por referências à comemoração natalina e ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Finalizou agradecendo aos professores do curso normal, pela dedicação em formar a “mocidade fluminense”, pelas “noções pedagógicas” que serviriam como “guia para o sacerdócio” ao qual se destinavam (O FLUMINENSE, 1919a).

Em 1920, o prédio recém-construído precisava de reparos. Não havia pátio específico para ginástica e, no projeto, não constava a escola anexa para a prática dos alunos, compelidos a fazerem os exercícios de aplicação nos grupos escolares distantes da Escola Normal.

O edifício inaugurado, também fez parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, o que nos fez concluir que

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações [...] Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental (WOLFF, 1992, p. 48 apud FARIA FILHO, VIDAL, 2000, p. 24).

De acordo com Fernandes (2009), o ano de 1922 foi emblemático por concentrar diversas manifestações em repúdio aos governos oligárquicos da Primeira República. A participação do Estado do Rio de Janeiro nos festejos do Centenário foi planejada desde o início do governo de Raul Veiga, e foi registrada em dois álbuns comemorativos exibidos na Exposição Internacional. Os álbuns continham ilustrações, fotografias e textos explicativos sobre o Estado fluminense e seus 48 municípios à época, abarcando a geografia física, a economia e a instrução. Acerca da instrução, o texto de Vasconcellos e as fotos de Daniel Ribeiro registraram os prédios construídos para os grupos escolares em todo Estado, as escolas normais e profissionais (masculina e feminina) e também instituições particulares. Do mesmo modo, houve destaque para o prédio recém-construído da Escola Normal de Niterói.

A estratégia de recorrer a um álbum para expor o que havia “de melhor” e “mais moderno” no Estado fluminense era um modo de mostrar que o Rio de Janeiro estava progredindo intelectualmente, idealizando formar um país desenvolvido e o cidadão republicano.

As culturas pedagógicas da Escola Normal de Niterói na Primeira República

De acordo com Julia (2000, p. 19) “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas”, ainda que as leis e decretos constituam normas prescritivas, sua análise é importante para indiciar os programas de ensino e práticas no âmbito do curso normal. Vidal (2009, p. 30), afirma que as práticas escolares podem ser concebidas como “práticas híbridas, fruto de mestiçagens, constituídas como meio dos sujeitos se situarem frente à heterogeneidade de bens e mensagens de que dispõem nos circuitos culturais e como forma de afirmação de suas identidades sociais”. Baseando-nos nas análises dos autores, consideramos que as ações individuais e coletivas se reconfiguram a todo instante contribuindo para a construção de um patrimônio cultural escolar, sejam elas a aplicação das penas disciplinares, submissão de exames, definição de horários, marcação das frequências, e também, os saberes pedagógicos.

O estudo dos saberes pedagógicos constitui eixo primordial do campo da história das disciplinas escolares, visando compreender como a escola seleciona os conhecimentos a cada época, constituindo saberes específicos, “resultado de um processo complexo que envolve consentimentos, conflitos, diferentes tipos de mediação entre diversos sujeitos e instituições, diante dos papéis que, em cada época e sociedade, são atribuídos à escola” (SOUZA JÚNIOR; GALVÃO, 2004, p. 19). A alteração e seleção dos saberes contribuem com mudanças sutis que podem transformar o interior do sistema escolar e favorecer a composição de uma cultura. Por isso consideramos que as disciplinas inseridas nos programas de ensino normal foram importantes para a formação do professor, responsável pela difusão dos valores republicanos de ciência, moral e civismo, de ordem e progresso, com vistas a produzir o “cidadão racional” (AURAS, 2007).

Conteúdos pedagógicos

As disciplinas que compuseram os programas da Escola Normal de Niterói, constituíam um conjunto de saberes previamente selecionados e ordenados, com o

objetivo de contribuir para a formação do futuro professor, como ficou explícito nos programas de 1893, 1895, 1900, 1912 e 1915, que se encontravam disponíveis nas leis que reformaram o curso. Os programas do ensino primário contribuíram para modificar algumas estruturas do curso normal, tendo como base as disciplinas escolares.

Um assunto recorrente nas Mensagens dos Presidentes era a metodologia que deveria ser utilizada na escola primária. Na Primeira República, o método intuitivo foi empregado com o objetivo de tornar o ensino científico, conhecido desde o período imperial, e não configurando, portanto, uma experiência nova como propagandeavam os republicanos.

A Lei de 1892 determinou que as escolas, aonde eram realizados exercícios práticos dos alunos, ensinassem de acordo com a “pedagogia moderna”, na qual a criança era vista como centro da aprendizagem. O lente de Pedagogia era responsável pelos exercícios práticos de Metodologia, bem como pelo museu pedagógico e a exposição permanente de trabalhos escolares. A Pedagogia, a Metodologia e os Exercícios Práticos estavam concatenados com o método intuitivo. Pelo que percebemos, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, vinculadas à Pedagogia, eram basilares na formação de professores.

A prática era uma questão crucial nas Mensagens dos Presidentes, discurso não apenas presente no estado do Rio de Janeiro. Em trabalhos de pesquisa realizados acerca das escolas normais em outros Estados (ARAÚJO, FREITAS, LOPES, 2008), encontramos impressões parecidas e o forte apelo à prática pedagógica. É importante ressaltar que, não obstante as críticas feitas à tradição de formação pela prática do ofício, por vezes desqualificado em detrimento da formação escolarizada, os discursos contidos nas Mensagens de Presidentes da Primeira República criticavam o ensino teórico e enalteciam o ensino prático, denotando disputas em torno de diferentes concepções de ensino prático presentes nos programas de formação do professor.

O programa de formação de professores de 1912 incluiria exercícios práticos e excursões pedagógicas, sob pena de perda do ano letivo. As excursões pedagógicas deveriam ter autorização do diretor da Escola Normal, em dias combinados com antecedência. Os alunos teriam “cadernos especiais” para o registro das observações feitas nas excursões pedagógicas e na prática da sala de aula, assim como resumos das lições dadas, os quais seriam examinados e rubricados pelo lente de Pedagogia.

Além dos trabalhos na escola modelo, os alunos do 4º ano deveriam acompanhar os serviços administrativos.

Exames de admissão

Ao ingressar na Escola Normal de Niterói, a Lei de 1893 exigia a habilitação em Português, Aritmética até as quatro operações fundamentais e definições do sistema métrico decimal, ou aprovação nas referidas disciplinas em institutos oficiais, cujos exames valessem para a matrícula superior.

Segundo Alberto de Oliveira, diretor de Instrução Pública, o resultado dos exames de admissão não era promissor, pois a maior parte dos erros concentrava-se em ortografia e sintaxe e a dificuldade, segundo ele, se encontrava no programa de ensino “longo, exaustivo e acabrunhador” (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, s. d.).

De acordo com a Lei de 1893, os pontos dos exames seriam tirados à sorte. Após o término e a apuração das médias finais, as provas escritas e as notas dos exames orais seriam remetidas ao governo. Os professores em exercício que demonstrassem interesse em matricular-se na Escola Normal, estariam isentos do exame de admissão. Tal incentivo mostra o investimento do Estado em prover professores públicos “com o curso da lei”, conforme era chamado o Normal. A mudança nos programas dos exames de admissão pode ter sido uma forma de atrair os jovens candidatos e os professores em exercício.

Passados dois anos da última lei, o Decreto nº 236, de 31 de outubro de 1895, reformou as escolas normais do Estado. No entanto, permaneceram os exames livres² para o exercício do magistério. Aydano de Almeida, diretor da Escola Normal de Niterói, era contrário a esses dispositivos, pois, em sua opinião, degradavam o professorado (NOGUEIRA, 1938). Para ele, o número dos professores provisórios “sem competência” crescia em grande escala, o que prejudicava a formação de um professorado apto a conduzir a infância, objetivo evidenciado nos discursos de diretores e Presidentes fluminenses.

² Pela lei, os exames livres poderiam ser feitos por professores em exercício e que não possuíam a formação pela Escola Normal.

Exames finais de Pedagogia

Os exames de Pedagogia encontrados no arquivo do Liceu nos possibilitaram ter uma noção de quais conhecimentos pedagógicos os normalistas adquiriam e quais livros, possivelmente, utilizavam. Permitiu, ainda, perceber como os professores faziam as correções, e também, ver a prova, o exame, como um dispositivo de poder ou tecnologia disciplinar (FOUCAULT, 2008). Não significa dizer que as provas refletiam “de modo fiel e exato” (VIÑAO, 2008, p. 25) as atividades escolares e também toda a produção dos saberes dos alunos, pois, no que diz respeito aos exames, apenas alguns assuntos eram selecionados para serem sorteados.

A excelência do futuro professor estava atrelada à qualidade dos saberes ministrados no curso e, para ser aferida, o exame seria acionado incidindo sobre o conjunto de conhecimentos indispensáveis ao exercício da docência. Para efeito de análise escolhemos as provas de Pedagogia para ajudar-nos na compreensão de como se construiu esse campo de saberes na formação de professores primários, de 1897 a 1911.

A banca composta por três pessoas, por vezes quatro, incluindo o próprio Diretor da Escola Normal, Ataliba Lepage, dava as notas finais no canto superior esquerdo da folha, a começar pelo professor da cadeira de Pedagogia, Joaquim Leitão, que participou de bancas até 1910. O lente ou professor da disciplina sobre a qual versaria o exame, teria o direito de dar nota primeiro, de acordo com o Decreto de 1895 (RIO DE JANEIRO, 1895). Os outros poderiam concordar ou não com aquele professor, e em caso de desacordo, permaneceria a nota/conceito de maior consenso.

Do ano de 1897 a 1900 às provas eram atribuídos conceitos como “má”, “sofrível”, “boa” ou “ótima”. Ao terminar o ano letivo, o aluno poderia ser considerado “aprovado simplesmente”, “aprovado plenamente” ou “aprovado com distinção”. Das provas analisadas, nenhum aluno foi reprovado. A “aprovação simplesmente” era o grau mais baixo que um aluno poderia receber para ser habilitado para a prova oral, cuja nota era registrada na mesma folha da prova escrita.

De 1901 a 1911, os conceitos passaram a ser acompanhados de “graus”. Para uma prova “ótima”, um aluno teria que tirar grau dez ou nove; “boa”, graus oito, sete, seis ou cinco; “sofrível”, graus quatro, três, dois ou um. Uma prova “má” deveria estar associada à nota zero, julgamento que também não foi encontrado nas provas que analisamos. Receber o conceito “má”, na maioria das avaliações es-

critas, tornaria o aluno inabilitado para a prova oral. A parte oral dos exames teria julgamento especial, influenciando nas notas da prova escrita somente para o grau de aprovação definitiva.

A maioria das provas tinha cabeçalho, constando primeiro o nome da escola, o local e a data. Em seguida, o nome da disciplina e o número do ponto sorteado e, por último, as questões a serem desenvolvidas. A maior parte das provas era marcada em azul com o carimbo da cadeira de Pedagogia, prática que, de acordo com Lopes (2008), poderia dar um caráter mais pessoal à correção.

A correção era feita com giz de cera azul ou vermelho, sendo observado também, em algumas provas, o uso das duas cores juntas. Em determinadas provas como a de Izaura de Araújo (RIO DE JANEIRO, 1900), há um duplo grifo vermelho e azul em uma mesma palavra errada, como nas de admissão. A banca corrigia os erros gramaticais como excessos ou faltas de letras, palavras erradas ou letras trocadas, grifando ou indicando as letras corretas. Erros de pontuação, como faltas de acentos e vírgulas, eram sinalizados pelos professores e quando havia excedente de vírgulas marcava-se com um “X”. Outro recurso utilizado pela banca era o ponto de interrogação em provável resposta incompleta ou mesmo resposta controversa.

Houve também destaque feito com uma linha vertical, ao lado direito do parágrafo e um sinal de adição (+). Isso poderia ser considerado como uma boa composição, conforme vimos na prova de Therezinha Cappellani das Dores Rocha, concluinte de 1902. Na prova de Camila Leonidia Netto, colega de Therezinha, a banca utilizou setas indicando a inversão da frase (RIO DE JANEIRO, 1902a; 1902b). Mais um recurso observado foi o uso de uma espécie de linha em forma de ondas, na vertical, indicando uma possível resposta errada, como na prova de Evangelina Álvares, concluinte de 1908 (RIO DE JANEIRO, 1908b). Com isso, podemos perceber que os registros feitos pela banca sugeriam que a correção deveria se direcionar para o acerto, controlando o erro e exibindo sua própria escrita.

Encontramos em um parágrafo da prova de Amélia Altair Antunes, concluinte de 1906, um risco na vertical com o recado “não é do ponto”. Interessante observar a astúcia da normalista, que, nesse caso, parece não ter recorrido à fraude (cola), mas escreveu um parágrafo sobre outro assunto diferente daquele pedido na questão proposta, para não deixar a resposta em branco.

Na prova de Oscar de Campos Pereira França, concluinte de 1909, dois parágrafos considerados incorretos pela banca apresentaram ao seu lado a palavra “não”. São eles:

Distinguimos entre o método o chamado analítico e o sintético, o analítico proporcionado pelo grande educador ateniense Sócrates que também era filósofo notável, e o sintético seguido pelo grande pedagogo suíço, natural de Cantão de Yverdon, Pestalozzi. [...] Devo dizer que o primeiro que empregou o método analítico foi o grande Fenélon no seu livro denominado *Telêmaco*. Pode-se dizer que a química é um estudo pelo método analítico, porque todo ele está baseado em análises. O nome de química é recente, pois que em tempos muito remotos chamava-se Alquimia (RIO DE JANEIRO, 1909).

No anseio por um alto grau na prova, os alunos poderiam recorrer, mais uma vez, à criatividade e incidir no “erro” dando respostas longas e produzindo “joias” ou “primores”, como destacou Nogueira (1938, p. 232-233). Esse autor, fez alusão às “joias” dos exames escolares, em seu livro sobre a Escola Normal de Niterói, entre as quais destacamos três exemplos. Sobre *Corografia do Brasil*, um aluno respondeu que “Pará, capital de Belém, às margens do rio Oiapoque. Possui mangueiras, o teatro da Paz, e a célebre igreja onde nasceu Nosso Senhor Jesus Cristo, não bem na igreja, mas na Torre de Belém”. Sobre *História Universal*, Nogueira (1938) destacou outra resposta inusitada: “Jesus Cristo nasceu no ano 4004, na Judeia. Criou o mundo em seis dias, foi perseguido pelos protestantes, travando-se por isso uma grande luta, na qual morreram S. Pedro e S. Paulo”. E sobre *Pedagogia*: “O raciocínio na sua forma mais elementar compreende três proposições da qual a última se chama confusão” e “A educação intelectual se aprende na aula de matemática e a moral na aula de música educando-se a voz” (NOGUEIRA, 1938, p. 232-233).

Apesar de parecer engraçado, Nogueira afirmou que não fantasiou o repertório de “primores” selecionados. Ele também não se isentou de criticar o alto número de reprovações da Escola Normal e, talvez, as “joias” encontradas em seu livro estivessem ali para exemplificar como os exames ocorriam naquele momento, visto que ele próprio participara de bancas examinadoras em 1919 (NOGUEIRA, 1938). Neste artigo, os “primores” foram trazidos para mostrar as estratégias utilizadas pelos alunos (CERTEAU, 2007) com o intuito de complementarem suas respostas, e como foram corrigidas. No caso do aluno Oscar França (RIO DE JANEIRO, 1909), escrever que “a química é um estudo analítico por se basear em análises”, pode ser considerado um apelo à falta da lembrança do ponto estudado ou também, o próprio fato de não haver estudado a matéria.

Outros exemplos são das concluintes de 1906, Amélia Altair Antunes e Laurentina Figueiredo. Na prova da primeira, encontramos uma sequência de “joias” sobre “Os grandes educadores”, questão inicial a ser desenvolvida. Sobre Froebel, ela escreveu que:

Goervel, francês, foi o inventor dos jardins de infância [e] Atendendo ao princípio que as crianças são extremamente *belicosas* e curiosas, ele organizou os jardins de infância, não em estabelecimentos propriamente ditos, mas em largos espaços plantados e arborizados, não com esmero porém com muita variedade (Grifos da banca).

Na primeira frase, a banca indicava que o educador era Froebel e que sua nacionalidade era alemã; na prova, “Goervel” estava grifado em vermelho e “francês” em azul. Na segunda frase, provavelmente, a banca não entendeu o que Amélia quis dizer com “belicosas”, e grifou a palavra (RIO DE JANEIRO, 1906a).

A segunda aluna, Laurentina Figueiredo, ao discorrer sobre Sócrates, escreveu que:

Denominamos *grandes educadores* os homens que mais se fizeram destacar no ensino. Citamos como principais: *Sócrates*, o mais antigo, que viveu 400 anos antes de Cristo, era um filantropo grego, que discordava das ideias que imperavam na antiga Grécia pregava a sã doutrina à mocidade do seu tempo aproveitando para este fim todas as ocasiões (Dois primeiros grifos da aluna, o último da banca) (RIO DE JANEIRO, 1906b).

Definir o filósofo como filantropo, termo que recebeu marcação em vermelho pela banca examinadora, era recorrer a uma palavra que, se a aluna tivesse “sorte”, poderia passar despercebida pelos julgadores, mas não foi o que aconteceu. A outra “joia” que Laurentina escreveu foi que “Sócrates escreveu diversas obras didáticas como o romance Canto do Cisne, que é o seu testamento pedagógico, Leonardo e Gertrudes, a Noite de um Solitário” (RIO DE JANEIRO, 1906b). Nesse parágrafo, a banca conserveu as vírgulas, mas não deu importância à sinalização do erro. Sócrates não escreveu obras didáticas e nem romances. O “Canto do Cisne” e “Leonardo e Gertrudes” foram obras de Pestalozzi; a aluna também se confundiu ao escrever sobre a obra “Noite de um Solitário”, que, se atribuída a Pestalozzi seria “Serões de um Solitário”.

Ao longo dos anos, as bancas que julgaram os alunos “aprovados com distinção”, aqueles que obtiveram as notas “ótimas”, com graus nove ou dez, não mantiveram uma regularidade nas correções. Pela Lei de 1895, os erros de ortografia e sintaxe sempre seriam computados na prova escrita de qualquer disciplina, no entanto, observamos provas como a de Maria Salles Ferreira Ruas, concluinte de 1905, e de Odette

de Vasconcellos Coutinho, concluinte de 1906, com o julgamento “ótima, dez”, com sinais de correção de erros, ou seja, os desacertos não foram computados pela banca, apesar de a lei determinar o desconto na pontuação (RIO DE JANEIRO, 1905; 1906c). Ainda que esse seja um ponto ínfimo diante do universo escolar, podemos considerar que os professores também atuavam de forma autônoma, nem sempre seguindo a legislação ou se apropriando dela do modo como fosse mais conveniente a cada situação.

Talvez, o exame dos procedimentos diários, como saber se portar, cumprir horários, ter uma vida íntegra diante dos membros da escola e da sociedade, servisse para ajustar o foco de julgamento dos alunos pelas lentes da banca. Pensamos dessa forma por analisar as provas de Armando Gonçalves e Beatriz Muniz, ambos concluintes de 1901 (RIO DE JANEIRO, 1901a; 1901b), que construíram textos semelhantes sobre “educação intelectual” e “escola primária e seu objetivo”, porém tiveram correções bem diversas. A prova de Armando, com repetições de ideias que não foram marcadas pela banca, foi julgada como “boa, grau seis”, enquanto Beatriz, recebeu a nota “sofrível, grau quatro”. Em alguns casos, encontramos provas sem correção alguma, como a de Judith Halfeld, concluinte de 1903, e a de Emerita Rodrigues, concluinte de 1908 (RIO DE JANEIRO, 1903; 1908a), ambas com as notas “ótima, dez”, tanto na escrita, quanto na oral e “aprovadas com distinção”. As alunas foram sucintas ao escrever e não utilizaram exemplos como ilustração. Pelas fontes analisadas, o que determinava a “aprovação com distinção” não era a quantidade de palavras, mas a compreensão do conteúdo e harmonia na escrita, inclusive relacionando as duas questões propostas para a prova.

O tempo dos exames, às vezes, não parecia ser suficiente para responder o ponto retirado à sorte. Raros não foram os “etc.” no fim de frases como se o aluno quisesse ou tivesse que escrever mais e fosse tolhido ou mesmo que não lembrasse mais o que havia estudado.

Os exames de Pedagogia averiguavam os conhecimentos relacionados à formação docente, como os métodos que deveriam ser empregados na escola primária, as qualidades do “bom” professor e tudo o mais que englobasse a educação em geral.

Considerações finais

A Escola Normal de Niterói foi uma instituição que contribuiu com a formação institucional de professores fluminenses, e, na Primeira República, foi alçada a um lugar de prestígio ganhando, inclusive, um prédio próprio para o seu funcionamento em 1918.

Ao mesmo tempo, destacava-se nas Mensagens dos Presidentes de Estado, com elogios, mas também com críticas ao ensino teórico, discurso que manifestava a falta de entendimento sobre a configuração processual do ensino. Nesse sentido, podemos avaliar que a Escola Normal de Niterói, foi uma instituição que manifestou resistência frente às propostas políticas que idealizavam a educação em modos similares aos da fábrica.

A Escola Normal de Niterói, assim como outras espalhadas pelo Brasil, constituiu práticas por meio de seus conteúdos, disciplinas e exames como pode ser observado no decorrer deste artigo. Se, em certo sentido, a cultura escolar expunha gestos de vigilância e punição para conformação do corpo, como observou Foucault (2008), do mesmo modo, evidenciava o estabelecimento de experiências moldadas na arte das táticas e das estratégias (CERTEAU, 2007) para sua sobrevivência no conturbado período denominado Primeira República.

Referências

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Org.). *As escolas normais no Brasil, do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

AURAS, G. M. T. Reforma dos mestres pela reforma do método: a presença do método de ensino intuitivo e do ideário republicano na reforma curricular da Escola Normal Catarinense (1911-1935). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30, 2007, Caxambu. *Anais...* Timbauba: Espaço Livre, 2007.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ECAR, A. L. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: a formação na escola normal de Niterói na Primeira República (1893-1915). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

FERNANDES, R. A. N. *Historiografia e identidade fluminense*: a escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

FERREIRA, M. M. (Coord.). *A República na velha província*. Rio de Janeiro, RJ: Rio Fundo, 1989.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira da História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

LOPES, I. C. R. Cadernos escolares: memória e discurso em marcas de correção. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – CRL. Mensagens do presidente do Estado do Rio de Janeiro: 1892-1918. Chicago IL, [s. d.]. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u863/>>. Acessado em nov. 2009.

MONARCHA, C. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 1999.

NOGUEIRA, L. *A mais antiga escola normal do Brasil (1835-1935)*. Niterói, RJ: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1938.

O FLUMINENSE, Niterói, RJ, 1 jan./30 jun. 1894a.

O FLUMINENSE, Niterói, RJ, 1 jul./31 dez. 1894b.

O FLUMINENSE, Niterói, RJ, 1 jan./30 jun. 1919a.

O FLUMINENSE, Niterói, RJ, 1 jul./31 dez. 1919a.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 236, de 31 de outubro de 1895. Dá regulamento às escolas normais do Estado. *Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias do Governo*, 1895.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1900 A-Z. Exame de pedagogia de Izaura de Araújo, concluinte de 1900. Niterói, RJ, 1900.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1901 A-C. Exame de pedagogia de Armando Rodrigues Gonçalves, concluinte de 1901. Niterói, RJ, 1901a.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1901 A-C. Exame de pedagogia de Beatriz Muniz, concluinte de 1901. Niterói, RJ, 1901b.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1902 A-C. Exame de pedagogia de Camila Leonidia Netto, concluinte de 1902. Niterói, RJ, 1902a.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1902 N-Z, Exame de pedagogia de Therezinha Cappellani das Dores Rocha, concluinte de 1902. Niterói, RJ, 1902b.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1903 E-L. Exame de pedagogia de Judith Halfeld, concluinte de 1903. Niterói, RJ, 1903.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1905 L-O. Exame de pedagogia de Maria de Salles Ferreira Ruas, concluinte de 1905. Niterói, RJ, 1905.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: Pasta do ano de 1906 A-L. Exame de pedagogia de Amélia Altair Antunes, concluinte de 1906. Niterói, RJ, 1906a.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1906 A-L. Exame de pedagogia de Laurentina de Figueiredo, concluinte de 1906. Niterói, RJ, 1906b.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1906 M-Z. Exame de pedagogia de Odette de Vasconcellos Coutinho, concluinte de 1906. Niterói, RJ, 1906c.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1908 A-G. Exame de pedagogia de Emérita Rodrigues, concluinte de 1908a. Niterói, RJ, 1908a.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1908 A-G. Exame de pedagogia de Evangelina Álvares, concluinte de 1908. Niterói, RJ, 1908b.

RIO DE JANEIRO. *Arquivo de alunos da escola normal de Niterói*: pasta do ano de 1909 H-O. Exame de pedagogia de Oscar de Campos Pereira França, concluinte de 1909. Niterói, RJ, 1909.

RIO DE JANEIRO. Decreto N° 1.241, de 13 de março de 1912. Reforma o ensino normal e secundário. *Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias*, 1912.

SÁ, N. P.; SÁ, E. F. Escola normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). *As escolas normais no Brasil, do Império à Republica*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SOUZA JÚNIOR, M.; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300005>

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em história da educação. In: YAZBECK, D. C.; ROCHA, M. B. M. (Org.). *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juíz de Fora, 2009. p. 103-12.

VILLELA, H. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1990.

VILLELA, H. *Da palmatória à lanterna mágica: a escola normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

VIÑAO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

Submissão em: 19-10-2018

Aceito em: 25-03-2019